

FLASH REPORT

Jun.26

Exposição Invisível

Como as novas diretrizes de terrorismo dos EUA redefinem a sua prestação de contas global

A recente designação de facções criminosas brasileiras como entidades terroristas pelos EUA não muda a sua rotina operacional diária local, mas altera drasticamente a forma como matrizes e instituições financeiras globais enxergam a sua exposição. Diretorias no Brasil devem urgentemente elevar o seu nível de compliance, transitando de protocolos padrão de PLD (Prevenção à Lavagem de Dinheiro) para um mapeamento estrutural de ecossistema, antecipando-se a auditorias internacionais e restrições bancárias.

Escrito com colaboração:
Pedro Sa | General Manager - H7 Advisors
Vincent Veauclin | Associate Advisor - H7 Advisors



Designações do PCC e CV: O que o C-Level no Brasil precisa entender agora

A decisão das autoridades dos EUA de classificar o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como entidades terroristas marca uma mudança importante no cenário de risco internacional. Embora a dinâmica das ruas e as operações diárias no Brasil continuem as mesmas, a forma como a sua exposição é interpretada por reguladores, bancos, seguradoras e investidores estrangeiros acaba de mudar, especialmente para empresas conectadas ao sistema financeiro americano ou subsidiárias de multinacionais.

A questão central não é o surgimento de novos riscos na sua operação, mas sim a reclassificação da sua exposição atual para uma categoria regulatória e de compliance internacional exponencialmente mais sensível.

O que muda na prática?

Riscos que a sua diretoria antes gerenciava sob o guarda-chuva de anticorrupção e PLD (Prevenção à Lavagem de Dinheiro) passam a ser avaliados pelos seus parceiros internacionais através das lentes rigorosas do Financiamento ao Terrorismo (CTF).

Essa mudança não aumenta a sua exposição direta, mas multiplica a lupa externa sobre a sua exposição indireta e sobre as suas relações com terceiros.

As mudanças na interpretação do mercado global incluem:

- Foco na exposição estrutural e indireta de toda a cadeia de valor.
- Tolerância zero a "pontos cegos" no ecossistema de fornecedores e parceiros logísticos.
- Exigências extremas de rastreabilidade e documentação probatória por parte de auditores externos.
- Avaliações muito mais conservadoras (e punitivas) sobre o que é considerado um nível "aceitável" de risco por instituições financeiras estrangeiras.

O impacto na operação brasileira

Para subsidiárias de multinacionais ou grandes empresas locais integradas a cadeias globais e fundos de investimentos, esta reclassificação traduz-se em pontos de atrito imediatos:

- Auditorias de mais agressivas: As matrizes ampliarão o escopo das suas avaliações de risco, exigindo provas inquestionáveis de que a operação no Brasil está totalmente isolada de economias informais controladas por grupos agora designados como terroristas.
- Fricção bancária e restrição de Capital: Instituições com ligações nos EUA (ou que operam em dólares) podem restringir ou atrasar linhas de crédito, trade finance e transações transfronteiriças, exigindo processos de *due diligence* muito mais profundos das operações brasileiras
- Cláusulas contratuais draconianas: Seguradoras, parceiros globais e fornecedores de grande porte começarão a exigir garantias contratuais explícitas de conformidade antiterrorismo. Um nível de exigência praticamente inédito no mercado nacional doméstico.
- Risco de contágio reputacional: A associação indireta (mesmo que por meio de um fornecedor quarteirizado) deixa de ser vista como um "problema regulatório local" e passa a ser tratada como um risco gravíssimo de violação de sanções internacionais.

Perguntas estratégicas para o Board e Diretoria

Para não serem surpreendidos por retenções de capital ou auditorias hostis, as lideranças no Brasil precisam questionar se os seus atuais frameworks de compliance sobrevivem a este novo nível de escrutínio. Aqui estão algumas das perguntas a serem respondidas:

- Temos uma visão clara e inquestionável de todos os terceiros envolvidos nas nossas operações, incluindo os atores indiretos em pontas logísticas?
- Conseguimos mapear a nossa cadeia de valor além das relações puramente contratuais?

- Nossos processos de due diligence atuais estão preparados para provar isolamento em territórios onde o poder paralelo atua?
- Se amanhã um banco internacional ou a Matriz questionar a nossa exposição a redes agora tipificadas como "terroristas", temos a documentação estrutural necessária para nos defender com clareza?
- Ainda estamos a tratar este risco apenas como um problema padrão de PLD, ou já evoluímos para um desafio de exposição global de ecossistema?

Ações imediatas recomendadas

- Stress-Test nas camadas de fornecedores: Expanda a *due diligence* muito além dos fornecedores de Nível 1. O novo risco muitas vezes esconde-se na subcontratação de Nível 2 ou 3 (como motoristas de transporte local, prestadores de serviços secundários ou agentes territoriais).
- Revisão de narrativa para convênios financeiros: Antecipe-se ao escrutínio dos bancos internacionais e atualize as narrativas internas de Compliance/KYC para refletir ativamente a compreensão e o monitoramento dos novos padrões de CFT.
- Upgrade na Inteligência do seu ecossistema: Mude o foco da gestão de risco puramente contratual e legal para um modelo ativo de inteligência proativa.

Conclusão

A designação do PCC e Comando Vermelho como organizações terroristas não muda o cenário operacional para quem opera no Brasil. No entanto, impõe uma mudança radical na régua global de compliance. A avaliação de risco de quem dita o fluxo do dinheiro deixa de ser baseada no simples "controle da entidade corporativa" para exigir uma "compreensão profunda da exposição de todo o ecossistema".

Neste contexto, a exposição no Brasil, que é frequentemente indireta e influenciada por dinâmicas territoriais complexas, pode ser mal interpretada no exterior, levando a restrições injustas de negócios.

Para as diretorias operando no país, o desafio principal deixou de ser apenas mapear o risco e tornou-se garantir que a sua blindagem possa ser claramente estruturada, auditada e comprovada de forma robusta, protegendo o fluxo de capital num ambiente de compliance internacional muito mais exigente.

Para navegar neste cenário regulatório em evolução sem sofrer atritos com a Matriz ou interrupções bancárias, a sua operação precisa de inteligência profunda de ecossistema. Conecte-se à H7 Advisors para mapear a sua exposição estrutural e garantir que a sua operação brasileira permaneça financiada, segura e em total conformidade internacional.

SOBRE A H7 ADVISORS

A H7 Advisors é uma empresa de Strategic Advisory especializada em proteger infraestruturas críticas e operações complexas em toda a América Latina. Arquitetamos frameworks corporativos seguros e resiliência operacional, garantindo que as operações locais cumpram com excelência as exigências mais rígidas do capital global em jurisdições voláteis.



Navigating Complexity.
Safeguarding Assets.

www.h7advisors.com